



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL

26
224

Embargos de Declaração: nº 175249-0/02

Embargante: Telemar Norte Leste S.A

Embargado: José Bento Pereira Filho

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – INOCORRÊNCIA – REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA – IMPOSSIBILIDADE – FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO – PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS REJEITADOS.

- 3459
1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
 2. Reexame da matéria decidida com a mera intenção de propiciar efeitos infringentes ao julgado é incompatível com a função integrativa do recurso.
 3. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.
 4. Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos dos Embargos de Declaração Nº 175249-0/02, em que figuram como Embargante Telemar Norte Leste S.A e, como Embargado, José Bento Pereira Filho, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os Embargos, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 09/11/05

✓ *Eduardo Sertório*
EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL

27
f

225

Embargos de Declaração: nº 175249-0/02

Embargante: Telemar Norte Leste S.A

Embargado: José Bento Pereira Filho

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de Embargos de Declaração (fls. 02/15) opostos pela Telemar Norte Leste S.A, contra acórdão (fl. 71/93) que negou provimento ao recurso de agravo, por ela ajuizado, nos autos da Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária e Perdas e Danos, proposta por José Bento Pereira Filho.

Em suas razões recursais, aduz a embargante a omissão do acórdão embargado, pois este não se pronunciou sobre as preliminares de ilegitimidade passiva da Telemar, de inépcia da inicial, de ausência dos documentos necessários ao desenvolvimento da lide, bem como das normas específicas reguladoras das relações jurídicas atinentes ao Contrato de Participação Financeira, tais como: Leis nºs 6.404/76 e 10.303/01, as Portarias nºs 1.361/76, 881/90 e 86/91 e arts. 160, inciso I, 177, 188, inciso I, 206, §3º, incisos IV e V do CC/02, art. 27 do CDC e arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV, 37, *caput*, 93, inciso IX, da CF.

Em suma, a embargante se utiliza de todos os argumentos esposados em seu recurso de apelação e de agravo, objetivando obter provimento jurisdicional favorável aos seus interesses.

Ao final, requer o acolhimento dos presentes embargos, a fim de sanar a omissões citadas e o pronunciamento sobre os artigos acima mencionados, para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife, 24/11/05

fc *Eduardo Sertório*
EDUARDO SERTÓRIO

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

28
f
216

Embargos de Declaração: nº 175249-0/02

Embargante: Telemar Norte Leste S.A

Embargado: José Bento Pereira Filho

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Alega a Telemar, ora embargante, a omissão do acórdão recorrido quanto às preliminares de ilegitimidade passiva da Telemar, de inépcia da inicial, de ausência dos documentos necessários ao desenvolvimento da lide, bem como das normas específicas reguladoras das relações jurídicas atinentes ao Contrato de Participação Financeira, tais como: Leis nºs 6.404/76 e 10.303/01, as Portarias nºs 1.361/76, 881/90 e 86/91 e arts. 160, inciso I, 177, 188, inciso I, 206, §3º, incisos IV e V do CC/02, art. 27 do CDC e arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV, 37, *caput*, 93, inciso IX, da CF.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição e/ou omissão. Ou seja, será omissa o acórdão que deixar de manifestar-se sobre algum ponto questionado na peça recursal, o que não ocorre. O que se vê no presente caso é a tentativa de rediscussão de matéria já devidamente apreciada.

Inicialmente, a recorrente alega omissão quanto à preliminar argüida no recurso de agravo de ilegitimidade passiva para a causa. Todavia, compulsando o acórdão recorrido (fl. 65/66), verifica-se a apreciação expressa, por esta Câmara, desse ponto, conforme o trecho abaixo transcrito:

"A TELEMAR NORTE LESTE S/A sucedeu a TELPE - TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO, portanto, possui legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda, vez que é responsável por todos os direitos e obrigações da sucedida."

Em seqüência, aduz omissão do acórdão em comento, pois este não se pronunciou sobre a alegação de inépcia da inicial (ausência de documentos necessários ao desenvolvimento da lide), argüida pela embargante. Mais uma vez, não há como prosperar a irresignação da TELEMAR, bastando a transcrição de parte do acórdão que expressamente julgou este ponto:

"Não há que se falar em inépcia da petição inicial quando a matéria de debate é exclusivamente de direito e amplamente contestada pela ré, proporcionando-lhe ampla defesa e contraditório."

Desse modo, a matéria tida como omissa pela Telemar, nos presentes embargos, encontra-se devidamente enfrentada no acórdão rechaçado.

8

Desse forma, percebe-se que a recorrente, sob o argumento de omissão, pleiteia a reforma do julgado, conduta vedada em sede de embargos.

Ora, se a embargante não se conforma com os termos do julgado, deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica do aresto adiante, da relatoria do Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3ª Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão).

Nesses termos é o entendimento dominante, também, no STJ, verificado nos seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. EXPRESSO DESIDERATO DE MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. DESCABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a que se verifica entre proposições do julgado, vale dizer, do julgado com ele mesmo, e não sua eventual incoerência com a lei, com outras decisões ou com tese agitada pela parte. 2. **Sendo por demais evidente, do cotejo entre o voto condutor e a ementa do acórdão, que o julgado embargado não incorreu em qualquer vício de expressão ou de compreensão, mormente nos vícios da omissão e da contradição, posto terem sido apreciados com suficiência, clareza e harmonia os elementos do processo realmente relevantes para suporte do pronunciamento judicial questionado, rejeitam-se declaratórios opostos em mera tentativa de obtenção de nova decisão para a causa, que desta feita atenda à expectativa de êxito frustrada quando do julgamento primitivo.** (TJPE, ED 45300-7/01, Rel. Des. Fernando Ferreira, 1ª Câmara Cível, julgado em 20/05/2008) (grifos acrescidos)

E ainda:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.

29
228
2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.(omissis)

(EDcl no AgRg no AgRg no Ag 919580 / RJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, data de julgamento: 12/08/2008, STJ)

Portanto, a pretensão de revisão do julgado, em manifesto propósito infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar o inconformismo da embargante.

Por fim, a embargante alega a omissão no acórdão recorrido, pois este deixou de manifestar-se expressamente sobre as normas específicas reguladoras das relações jurídicas atinentes ao Contrato de Participação Financeira, tais como: Leis nºs 6.404/76 e 10.303/01, as Portarias nºs 1.361/76, 881/90 e 86/91 e arts. 160, inciso I, 177, 188, inciso I, 206, §3º, incisos IV e V do CC/02, art. 27 do CDC e arts. 5º, II, XXXV, LIV e LV, 37, *caput*, 93, inciso IX, da CF. Pretende, por consequência, o prequestionamento da matéria.

Não há plausibilidade para a legação da Telemar, isto porque a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito**, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, **quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(grifos)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO - RETENÇÕES INDEVIDAS - IMPOSSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - POSSIBILIDADE.

1. **O prequestionamento é o enfrentamento da questão jurídica pela Corte regional sem a necessidade de expressa alusão à norma jurídica aplicada.**

2. É ilegal a conduta da Administração tributária que procede à compensação de ofício de créditos do contribuinte, decorrentes de indevidas retenções em proventos de aposentadoria especial de anistiado com débitos do mesmo contribuinte, sem sua anuência.

3. Precedentes da 1ª e 2ª Turmas.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 948.361/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2009, DJe 25/03/2009)(grifos)

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Face ao exposto, **REJEITO** os embargos de declaração, para manter o acórdão embargado pelos seus próprios termos.

É como voto.

Recife, 26/11/09

Fe EGS Cant

EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR